

ADMINIS | RAÇAÚ PUBLICA

Como definir o que é 'erro grosseiro' para o TCU?

Experiência internacional sugere a adoção de parâmetros objetivos

Conrado Tristão
18/02/2026 | 12:00



Vista aérea do Tribunal de Contas da União (TCU) / Crédito: Reprodução/TCU

Em 2018, a reforma da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) incrementou a segurança jurídica na gestão pública, prevendo que o “agente público responderá pessoalmente” apenas “em caso de dolo ou erro grosseiro” (art. 28).

A definição dos contornos exatos de *erro grosseiro*, naturalmente, é obra coletiva de legislador e controladores – dentre os quais, o Tribunal de Contas da União. E qual a definição de erro grosseiro para o TCU?

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

Conforme o tribunal tem apontado, “as decisões até o momento proferidas parecem se inclinar majoritariamente para a equiparação conceitual do *erro grosseiro* à *culpa grave*”, “que resulta de grave inobservância do dever de cuidado e zelo com a coisa pública” (p.ex.: ac. 312/2026-p.).

Na prática, contudo, não há consenso, e nem clareza, quanto ao patamar esperado desse cuidado e zelo. Hoje, *erro grosseiro* assume variadas definições: “aquele que pode ser percebido por pessoa com diligência abaixo do normal” (ac. 591/2025-p.); “a conduta do agente público que se distancia acentuadamente (...) do administrador médio” (ac. 755/2025-p.); a “conduta incompatível com o dever de diligência de diretores da maior empresa estatal do país” (ac. 177/2026-p.).

Será que a utilização de múltiplos standards, formulados por meio de conceitos abertos, propicia a esperada segurança jurídica no âmbito do controle de contas? A experiência italiana sugere que não, sendo preferível a adoção de parâmetros mais objetivos.

Na Itália, a lei orgânica da *Corte dei Conti* prevê, há vários anos, que “a responsabilidade das pessoas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas (...) é pessoal e limitada às ações e omissões com dolo ou *culpa grave*” (art. 1, legge 20/1994).

Mas, nessa virada de ano, o Parlamento Italiano foi além, e aprovou a importante lei de reforma da responsabilidade administrativa e por dano ao erário (legge 1/2026).

A reforma inseriu, na própria lei, critérios objetivos para aferição de “culpa grave” no controle de contas: “a violação manifesta das normas de direito aplicáveis, a deturpação dos fatos, a afirmação de um fato cuja existência seja incontestavelmente excluída pelos autos do processo ou a negação de um fato cuja existência resulte incontestavelmente dos autos do processo”.

O interessante é que a reforma partiu de provocação da *Corte Costituzionale* italiana, que chamou a atenção para a “incerteza provocada por um regime normativo que se apoia em um conceito jurídico indeterminado, como o da culpa grave, em vez de proceder à sua tipificação”, “tornando difícil o exercício da discricionariedade administrativa e estimulando, como reação ao risco percebido de incorrer em responsabilização, a burocracia defensiva” (sentença 132/2024).

Assine gratuitamente a newsletter Últimas Notícias do JOTA e receba as principais notícias jurídicas e políticas do dia no seu email

O caso italiano faz lembrar que, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a constitucionalidade do art. 28 da LINDB, em 2024, reconheceu que “é competência do legislador ordinário dimensionar adequadamente a culpa juridicamente relevante para fins da responsabilidade civil regressiva do agente público” (ADI 6.421-DF).

Seria o caso de o legislador brasileiro, sob inspiração da experiência italiana, e para ampliar a segurança jurídica na gestão pública, chamar para si o ônus e definir, por meio de lei, o que é erro grosseiro no âmbito do controle de contas? Ou o TCU conseguirá fazê-lo?

JOTA Principal

Curadoria com informações direto ao ponto sobre o que realmente importa

Nome *

Email *

QUERO RECEBER



CONRADO TRISTÃO

Doutor e mestre pela FGV Direito SP. Coordenador-executivo do Núcleo de Inovação da Função Pública, da Sociedade Brasileira de Direito Público (sbdp). Ex-coordenador da Escola Municipal de Administração Pública de São Paulo (EMASP). Advogado na Tojal Renault Advogados

- TAGS
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- JOTA PRO PODER
- LINDB
- SEGURANÇA JURÍDICA
- SOCIAL
- TCU

COMPARTILHAR



JOTA

Nossa missão é empoderar profissionais com curadoria de informações independentes e especializadas.

CONHEÇA O JOTA PRO

PRO PODER

- Apostas da Semana
- Impacto nas Instituições
- Risco Político
- Alertas

PRO TRIBUTOS

- Apostas da Semana
- Direto do CARF
- Direto da Corte
- Direto do Legislativo
- Matinal
- Relatórios Especiais

PRO TRABALHISTA

- Apostas da Semana
- Direto da Corte
- Direto da Fonte
- Giro nos TRT's
- Relatório Especial

PRO SAÚDE

- Apostas da Semana
- Bastidores da Saúde
- Direto da Anvisa/ANS
- Direto da Corte
- Direto do Legislativo
- Matinal
- Relatório Especial
- Alertas
- Eleições 2026

EDITORIAS

- Executivo
- Legislativo
- STF
- Justiça
- Energia
- Opinião e Análise
- CoBERTuras Especiais
- Direito trabalhista
- Eleições 2026

SOBRE O JOTA

- Estúdio JOTA
- Ética JOTA
- Política de Privacidade
- Política de diversidade
- Seus Dados
- Termos de Uso
- Quem Somos
- Blog